

Lacerda por Lacerda: a construção de uma imagem política no governo da Guanabara

GIORDANO BRUNO REIS DOS SANTOS*

Gostaria de deixar essa ideia de que o poder bem exercido é extremamente gratificante. Quando digo bem exercido, quero dizer com o sentido de servir, com o sentido de doação, de uma entrega absoluta a um dever.
(Carlos Lacerda)

A reflexão preliminar aqui apresentada diz respeito basicamente à parte significativa de um extenso acervo pertencente ao Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, qual seja: a Coleção Particular Carlos Lacerda. Essa parte significativa consiste no vasto conjunto documental que abrange a experiência de Carlos Lacerda como primeiro governador eleito do recém-criado Estado da Guanabara, cujo mandato se estendeu de 05 de dezembro de 1960 a 11 de outubro de 1965. Trata-se de documentação reunida nos mais diferentes suportes – fotografias, negativos fotográficos, filmes, fitas-cassete, fitas-rolô, LPs, recortes de jornais, rascunhos manuscritos, atas de reuniões oficiais e despachos governamentais¹.

Embora não seja predominante nessa coleção o registro escrito, que tanto caracteriza as documentações cuja produção possui cunho oficial, a composição da maior parcela desse acervo é oriunda do esforço do jornalista Walter Cunto. Como amigo e Assessor Pessoal e de Imprensa de Carlos Lacerda, Cunto foi inicialmente o grande responsável por produzir e guardar parte substantiva da documentação referente à atuação política e à trajetória biográfica de Carlos Lacerda – sendo, então, essencialmente a figura-chave para a existência do acervo relacionado à administração de Lacerda à frente do Executivo carioca devido às suas atividades de Assessor-Chefe de Imprensa do Palácio Guanabara no período. Como proprietário de uma empresa privada atuante no setor de Comunicações, Cunto processou, sobretudo, a documentação de suportes iconográfico e sonoro, criando um acervo bastante rico e diferenciado sobre o percurso de Carlos Lacerda e, conseqüentemente, acerca da vida política recente do país.

* Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense. Exerce as atividades de Assistente de Documentação na Subgerência de Documentação Especial do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

¹ O inventário sumário dessa coleção particular se encontra no sítio do AGCRJ. Cf.: <http://www0.rio.rj.gov.br/arquivo/pdf/guia/colecao_particular_walter_cunto.pdf>

Produzida fundamentalmente por um órgão estatal – o que seria atualmente, a título de comparação, a Assessoria de Imprensa ou a Comunicação Social –, essa documentação possui quase sempre um tom oficial, delineando diferentes facetas de uma imagem que se quis difundir no presente da época e guardar para o futuro no que diz respeito à gestão de Carlos Lacerda como Governador da Guanabara. O evidente viés oficial das mensagens aí preservadas não diminui, entretanto, o valor histórico desse acervo. Ao contrário, a riqueza a ser explorada se desdobra num manancial de possibilidades, como pesquisas sobre a história administrativa da cidade do Rio de Janeiro, em suas diferentes e ímpares experiências de *status* político-jurídico de Distrito Federal e Estado da Guanabara; sobre o perfil dos administradores políticos e técnicos que vivenciaram e construíram essas experiências; sobre a relação entre governantes e governados nesse espaço tão importante para o Brasil; ou mesmo sobre a atuação de Carlos Lacerda à frente da administração, do lado oposto do “balcão” político que tanto costumeiramente criticava e menosprezava.

Esse acervo torna-se ainda mais especial levando-se em conta o importante contexto que perpassa sua produção, o que sem dúvida aumenta seu valor para as pesquisas de História Política e História do Tempo Presente (BERSTEIN, 1992; BERSTEIN, 1998; CHAVEAU; TÉTART, 1999; KUSHNIR, 2004; REIS, 2005; RÉMOND, 2003).

Na mesma eleição disputada por Lacerda para o governo da Guanabara ocorria a votação para Presidente da República, para que se elegeu Jânio Quadros, então do mesmo partido, a União Democrática Nacional (UDN). Além de ter sido o primeiro presidente eleito a tomar posse na nova capital, Brasília, em 31 de janeiro de 1961, Jânio Quadros quebrou a hegemonia getulista da aliança entre o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o PSD (Partido Social Democrático) que dominava o cenário da política brasileira desde o fim do Estado Novo (1937-1945). Sua campanha eleitoral baseou-se na tônica discursiva contra a corrupção que estaria minando as bases da modernidade industrial do Brasil, ficando muito conhecido o símbolo da *vassoura* que seria usada por Quadros para *varrer* os descaminhos e os corruptos que se teriam apropriado do Estado.

Embora a matriz conservadora estivesse marcadamente presente na retórica anticomunista, a posse de Jânio Quadros suscitou grande expectativa nos setores populares e nas classes médias em relação às mudanças que deveriam ocorrer.

Porém, a política externa independente que adotou somada à sua simpatia pela reforma agrária, à falta de uma base política sólida no Congresso e à alta do custo de vida, entre outros fatores, provocaram um profundo e rápido desgaste da sua imagem e da sua autoridade diante da opinião pública. (FERNANDES, 2011: 248-249)

Em tempos de Guerra Fria, não se admitiam ambiguidades nas relações internacionais, tendo péssima repercussão interna, por exemplo, a condecoração de Ernesto Che Guevara com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul em agosto de 1961. O fato foi imediatamente interpretado como uma aproximação – ou mesmo um aval ou apoio – de Jânio Quadros ao regime socialista implantado com a Revolução Cubana. Carlos Lacerda, inclusive, foi um dos políticos que, após se dedicar à campanha presidencial meses antes, passou a criticar Quadros arduamente. Nesse episódio da condecoração, Lacerda, em firme resposta, entregou a chave do Estado da Guanabara ao líder anticomunista Manuel Verón, que se encontrava viajando pelo Brasil em busca de apoio à sua causa. Lacerda também foi quem fez um pronunciamento à imprensa expondo os planos autoritários de Jânio Quadros, provocando a renúncia do Presidente no dia seguinte, sete meses após assumir o cargo.

O Vice-Presidente da República que fora eleito no pleito de 1960 foi João Goulart, filiado ao PTB e, por isso, de tradição política notoriamente trabalhista. Por conseguinte, a renúncia de Jânio Quadros, ocorrida quando de uma viagem de Goulart à China dirigida pelo comunista Mao Tsé-Tung/Zédong, criou uma grave crise política – com repercussões e tensões maiores do que a conjuntura que provocou o suicídio de Getúlio Vargas em 1954. A saída institucional encontrada pelo Congresso Nacional foi a promulgação de um Ato Adicional à Constituição Federal, “que alterou o regime político do país de presidencialista para parlamentarista. Esta mudança na Constituição garantiu a posse de João Goulart na Presidência da República, com poderes reduzidos e um mandato previsto para terminar em janeiro de 1966” (FERNANDES, 2011: 249).

A crise política, na verdade, não havia sido sanada, apenas sendo estancado seu episódio mais agudo, pois a partir da posse de João Goulart o clima de radicalização política somente se expandiu aumentando tensões e conflitos. “Logo ao assumir o governo, Goulart se

viu frente às demandas históricas das esquerdas e, na verdade, pregadas ao longo dos anos por ele mesmo: as reformas de base”. (FERREIRA, 2004: 41) O Presidente da República conseguiu antecipar o plebiscito previsto para 1965 no Ato Adicional votado pelo Congresso para definir o regime político. Dessa maneira, em janeiro de 1963, o regime presidencialista foi retomado com a vitória no plebiscito e, assim, João Goulart recuperou parte dos poderes que haviam sido transferidos a um primeiro-ministro.

A fim de fazer face à crise econômica que se espalhava numa inflação crescente combinada a um crescimento reduzido, João Goulart lançou o Plano Trienal, construído sob a égide do Ministro do Planejamento, Celso Furtado. Tratava-se de um programa que incluía uma série de reformas institucionais visando atuar sobre os problemas estruturais do país. Entre as medidas, previa-se o controle do déficit público e, ao mesmo tempo, a manutenção da política desenvolvimentista com captação de recursos externos para a realização das *reformas de base*. Nessa ampla denominação, incluíam-se as reformas bancária, fiscal, urbana, eleitoral, agrária e educacional. Defendia-se também o direito de voto para os analfabetos e para os militares de patentes subalternas. Além disso, eram propostas medidas de cunho nacionalista, com maior intervenção do Estado na vida econômica e maior controle dos investimentos estrangeiros no país, mediante a regulamentação das remessas de lucros para o exterior.

O carro-chefe das reformas era, sem dúvida, a reforma agrária, que visava a eliminar os conflitos pela posse da terra e garantir o acesso à propriedade de milhões de trabalhadores rurais. No primeiro semestre de 1963, Goulart apresentou às lideranças políticas para debate um anteprojeto de reforma agrária que previa a desapropriação de terras com título da dívida pública, o que forçosamente obrigava a alteração constitucional. Uma segunda iniciativa para agilizar a agenda das reformas foi o encaminhamento de uma emenda constitucional que propunha o pagamento da indenização de imóveis urbanos desapropriados por interesse social com títulos da dívida pública. Essas propostas, no entanto, não foram aprovadas pelo Congresso Nacional, o que provocou forte reação por parte das esquerdas.

O ano de 1964 iniciou-se com o virtual isolamento de Jango e com o esgotamento das negociações com o PSD e as forças mais conservadoras, para implementar a agenda do governo. Neste quadro, a nova estratégia de Goulart foi organizar uma ofensiva política

apoiada pelos principais grupos de esquerda para garantir o apoio às reformas de base. O plano de ação era o seu comparecimento a uma série de grandes comícios nas principais cidades do país, a fim de mobilizar a maioria da população brasileira em favor das reformas. “A realização do comício na Central do Brasil, em 13 de março, significou a escolha de Goulart pela política de radicalização pregada pelas esquerdas”. (FERREIRA, 2004: 49)

Nesse sentido, todo o esforço empreendido por Goulart numa política de conciliação que retomava a hegemonia getulista da aliança entre o PTB e o PSD passou a não mais ter o resultado esperado. As direitas também avançavam aceleradamente num processo de conspiração contra o Presidente e o regime, medindo forças e desgastando as possibilidades de negociação. O grau de radicalização atingiu, assim, o patamar do confronto aberto, no qual “a questão central passou a ser a tomada do poder político e a imposição de projetos”. (FERREIRA, 2004: 51)

Um golpe de Estado executado por militares passou a ser, então, a saída escolhida pelas direitas civis como ação que preveniria o “perigo comunista”, sendo o estopim as revoltas de militares de baixas patentes que subverteram os códigos comportamentais e os valores das Forças Armadas, calcados no absoluto respeito à hierarquia e à disciplina. E tal aconteceu na madrugada do dia 31 de março para o dia 1 de abril de 1964.

Evidentemente, Carlos Lacerda não ficou à margem de todos esses acontecimentos caudatários de uma grave crise política no país. Do mesmo modo que interferiu publicamente de maneira crítica ao governo de Jânio Quadros, Lacerda foi um dos próceres das direitas civis que abraçaram a tática do confronto². Boa parte dos registros documentais sonoros referidos no início desta análise contempla exatamente essa atuação de Lacerda. Quer em missões oficiais, quer em viagens políticas, o Governador da Guanabara / o político Carlos Lacerda desfralda todas as bandeiras que as direitas carregavam a fim de estimular a participação política e o confronto.

É com esse espírito que Carlos Lacerda realiza um pronunciamento na TV Tupi em 07 de agosto de 1962³, iniciado pela constatação de que, embora desejasse discorrer sobre as

² Lembre-se, por exemplo, que, em outubro de 1963, “ocorreu uma nova crise política quando o governador Carlos Lacerda, em entrevista concedida ao correspondente no Brasil do jornal *Los Angeles Times*, insultou o presidente e atingiu a honra das Forças Armadas”. (FERREIRA, 2004: 46)

³ Evento gravado em fita-rolô, digitalizada sob o código BR RJ.AGCRJ.CL.FAM.1.003. Em tese, o espaço televisivo utilizado por Carlos Lacerda, como Governador da Guanabara, para pronunciamentos em diferentes

realizações de seu governo na Guanabara, precisava alertar os brasileiros em relação à crise que assolava o país. Todo o discurso de Lacerda é construído com um tom *denuncista*, ou mesmo incendiário, buscando criticar acidamente a “tática de ação dos comunistas pela ilegalidade” que permitiu a posse de João Goulart e o “açodamento” do Congresso Nacional e que provocava uma “crise de legalidade” visando à “guerra civil”. Em outro pronunciamento também transmitido pela TV Tupi cerca de um mês depois, em 05 de setembro de 1962⁴, Lacerda volta à carga contra João Goulart e as *reformas de base*, denunciando uma “paralisa” do governo. Deplora a culpa atribuída por Goulart aos Estados Unidos pela dificuldade em implementar mudanças e minorar a crise econômica, tachando o governo de “incompetente” e adjetivando o Presidente de “enriquecido”, “farto” e “corrupto” – uma figura que não trabalha e denominava a si próprio de trabalhista.

Em um programa de entrevistas com jornalistas, apresentado por Esdras Leonor, transmitido por uma emissora televisiva do Espírito Santo em 28 de julho de 1963⁵, Carlos Lacerda reitera a tônica de associar a “incompetência” ou a “inércia” de João Goulart ao “perigo comunista”, insistindo num modo “clandestino” de agir dos comunistas para minar a democracia brasileira. Nesse sentido, Lacerda conta a única ocasião em que teve oportunidade de encontrar Goulart, na qual expôs ao Presidente o “problema” do PTB: manter-se “refém” de Getúlio Vargas – o que inviabilizava a originalidade de ideias de Goulart no governo e a consequente aceitação das ideias comunistas.

A inserção privilegiada da figura de Carlos Lacerda no seio das direitas civis no período anterior ao golpe de 1964 está bem demonstrada em dois registros sonoros exemplares do seu posicionamento – embora em alguns discursos da época e depoimentos coligidos *a posteriori* Lacerda negasse sempre que possível uma relação estreita com a conspiração que esteve em curso. Um desses registros consiste na leitura, transmitida ainda em 01 de abril de 1964, que Carlos Lacerda faz do manifesto que expõe o golpe, escrito pelos

emissoras – há também gravações nesse acervo, por exemplo, da sua participação na TV Rio – era somente cedido, não implicando o pagamento por seu uso, conforme o próprio Lacerda afirma e agradece em alguns desses pronunciamentos.

⁴ Evento gravado em fita-rolô, digitalizada sob o código BR RJ.AGCRJ.CL.FAM.1.013.

⁵ Evento gravado em fita-rolô, digitalizada sob o código BR RJ.AGCRJ.CL.FAM.1.020. Interessante também notar que, na quase totalidade dos registros sonoros trazendo entrevistas com jornalistas em programas televisivos, é possível perceber o tom de amabilidade, aproximação e às vezes quase conagração entre Carlos Lacerda e os jornalistas presentes.

Generais Arthur da Costa e Silva, Humberto de Alencar Castelo Branco e Décio Palmeiro Escobar, justificando-o em razão da “subversão comunista” que ameaçava a liberdade e a democracia no Brasil.

No dia seguinte à essa leitura, Lacerda discursa improvisadamente a um grupo de pessoas que, após se haverem reunido na Marcha da Família com Deus pela Liberdade, foram até o Palácio Guanabara para congratular o Governador da Guanabara pelo êxito da “Revolução”. Lacerda procura transparecer alívio e alegria com o sucesso do golpe, principalmente pela sua descrição de uma “vitória sem guerra sobre o comunismo”, porém já conclama a população para iniciar a reconstrução imediata do país visando à democracia e à justiça social⁶.

A estratégia do confronto discursivo, contudo, não se restringia aos momentos nos quais Carlos Lacerda concedia entrevistas a jornalistas ou realizava pronunciamentos. O Governador da Guanabara não hesitava em também se utilizar da sua retórica veemente para falar das questões nacionais quando estava em solenidades oficiais na cidade do Rio de Janeiro. Nas inaugurações de duas obras do Estado da Guanabara – melhoramentos urbanos em uma favela na Ilha do Governador e abertura ao tráfego do Viaduto João XXIII na Penha – em 05 de dezembro de 1962⁷, Lacerda voltava a atacar o governo federal, inclusive na pessoa do Presidente João Goulart, responsabilizando-o pelas sucessivas greves de trabalhadores⁸ que ocorriam com “finalidade política” e que acabavam por agudizar a crise econômica.

Por outro lado, os registros documentais desse acervo procuram conceber a imagem de um Carlos Lacerda que sabe construir, revitalizar, administrar. Sem dúvida, uma imagem cuja

⁶ Ambos os eventos estão gravados na mesma fita-rolô, digitalizada sob o código BR RJ.AGCRJ.CL.FAM.1.002. É interessante lembrar que, no decurso das ações militares que culminaram no golpe, houve momentos de incerteza, inclusive para Lacerda, que passou a madrugada do dia 31 de março para o dia 01 de abril de 1964 entrincheirado no Palácio Guanabara, conforme registram fotografias desse acervo e uma gravação – transmissão radiofônica por telefone de uma entrevista de um jornalista mineiro com Lacerda ainda protegido pelo palácio cercado – que expõe o temor de invasão da sede do governo carioca por militares resistentes leais a João Goulart (cf. Fita-cassete digitalizada sob o código BR RJ.AGCRJ.CL.FAM.2.032). Saliente-se também, por outro lado, o papel importante que Carlos Lacerda teve nos instantes logo após o golpe, viajando a Portugal e outros países europeus com o intuito de explicar o que havia ocorrido e defender as providências políticas que estavam em curso nesses meses iniciais, numa ação a um só tempo diplomática, junto a outros países, e política, em entrevistas à imprensa estrangeira. Isso pode ser conferido em alguns registros sonoros que fazem parte dessa documentação, como a fita-rolô digitalizada sob o código BR RJ.AGCRJ.CL.FAM.1.056.

⁷ Evento gravado em fita-rolô, digitalizada sob o código BR RJ.AGCRJ.CL.FAM.1.005.

⁸ “Enquanto nos anos de 1958 a 1960, sob o governo JK, tinham ocorrido cerca de 177 greves, nos três primeiros anos de Goulart foram deflagradas mais de 430 paralisações”. (TOLEDO, 2004: 36)

tônica era diametralmente oposta à sua fama antiga de “corvo”⁹ e “demolidor de presidentes”¹⁰. Para tal, esse acervo foca justamente na cobertura das suas realizações de Governador da Guanabara. Lacerda, inclusive, demonstra que sempre esteve ciente da sua imagem relacionada ao ódio e à destruição, a que atribuía a uma “perseguição” como resposta ao seu “combate à corrupção e à demagogia”¹¹. Depois de razoável experiência no Poder Legislativo, tanto na Câmara de Vereadores carioca quanto no Congresso Nacional, a eleição ao recém-criado Estado da Guanabara se tornou a oportunidade que mais perfeitamente se coadunava com as pretensões de Lacerda de concorrer à Presidência da República em 1965 – o que ele próprio não escondia da imprensa nacional desde 1962.

Se não bastasse toda a intempestividade de Lacerda nas lutas políticas geradora do fenômeno carismático do *lacerdismo*, o Estado da Guanabara trazia uma gama diversificada de problemas e particularidades. Criado pela Lei 3.752/60, conhecida como Lei San Tiago Dantas, o Estado da Guanabara ocupava exatamente o território do antigo Distrito Federal, tornando o Rio de Janeiro uma cidade-Estado, com um *status* jurídico *sui generis* que somente reafirmava sua secular capitalidade.

Uma rápida análise dos anos 1950 mostra a cidade do Rio de Janeiro imersa num processo acelerado de urbanização, impulsionado também pela condição de capital do Brasil. Desse modo, atraía pessoas, recursos financeiros e ideias. “Comparando-se com uma parcela considerável do país, era, em muitos aspectos, uma cidade de condição superior, privilegiada. Mas ao olhar para si – um olhar que possuía referências cosmopolitas – tomava consciência de uma série de deficiências estruturais”. (PEREZ, 2007: 85) Diante do adensamento demográfico do espaço carioca, a Prefeitura do Distrito Federal atravessou a década buscando fazer frente ao constante aumento das necessidades de serviços públicos. Desse modo, “a prioridade era o investimento em urbanismo”. (PEREZ, 2007:85)

⁹ A simbologia fúnebre de mau agouro do corvo atribuída a Lacerda nasceu da caricatura que Lan fez do político udenista para o Jornal *Última Hora*, de Samuel Wainer, em 25 de maio de 1954 (MENDONÇA, 2002: 146). Lacerda empreendeu uma ferrenha campanha contra Wainer no seu Jornal *Tribuna da Imprensa*, acusando-o de ter sido favorecido em empréstimos tomados em bancos oficiais para fundar o jornal que defendia Getúlio Vargas. (MOTTA, 2005: 2)

¹⁰ “A fama de ‘demolidor de presidentes’ se firmaria em novembro de 1955, quando assumiu a liderança civil do movimento que tentou impedir a posse dos eleitos em outubro, Juscelino Kubitschek e João Goulart”. (MOTTA, 2005: 2)

¹¹ Cf. Entrevista de Lacerda concedida à TV Itapoan, na Bahia, em 01 de março de 1964, gravada em fita-rolô digitalizada sob o código BR RJ.AGCRJ.CL.FAM.1.002.

Além da crônica deficiência financeira que afetou a execução do orçamento dos diferentes prefeitos da década, a composição de servidores públicos municipais era um fator-chave para a ineficiência do aparelho estatal. “Mais grave que o inchaço no funcionalismo era o critério adotado para admissão” (PEREZ, 2007: 98), baseado nas indicações pessoais e políticas que constituíam as redes de relações do jogo político que articulava as esferas federal e municipal. Levando-se em conta que o Prefeito do Distrito Federal era nomeado pelo Presidente da República, ao passo que os vetos impostos pela Câmara Municipal eram avaliados pelo Senado Federal, não é difícil concluir a rede de interesses políticos locais e nacionais que se construía na cidade, destacando-se o peso do governo federal nos destinos políticos da capital do país.

Essa mistura entre tensão e ambiguidade que configurava o quadro político carioca gerou duas culturas políticas que se polarizavam, ainda de modo mais acirrado após a transferência da capital para Brasília, nos discursos dos políticos e nas ideias que circulavam no seio da sociedade. “O primeiro polo concebia a cidade como a vitrine da nação e como unidade e síntese do país” (FERNANDES, 2011: 250), valorizando o Rio de Janeiro como caixa de ressonância daquilo que realmente importaria para o Brasil. Desse modo, alçavam-se as disputas locais ao plano nacional, como forma de criar uma transmissão permanente entre as questões cariocas e os desafios do país. “O segundo polo entendia a cidade como um espaço político disputado por lideranças locais, comprometidas com as relações de dependência pessoal, sustentadas por redes políticas de base local”. (FERNANDES, 2001: 250) Nesse caso, o Rio de Janeiro constituía-se como um espaço político restrito, dentro do qual lideranças locais voltavam-se para a resolução de pequenas demandas políticas e estabeleciam, então, relações de cunho pessoal e clientelista.

A evidente atuação de Carlos Lacerda na política nacional desde a década de 1940 valorizava, evidentemente, a cidade do Rio de Janeiro como espelho da nação. E essa relação acentuou-se com a transferência da capital para Brasília, medida contra a qual Lacerda sempre se colocou, passando a opor a *Novacap* (Brasília) à *Belacap* (Rio de Janeiro) como forma de manter o capital social, político e cultural que significava a capitalidade carioca. Essa postura estruturante não significou, todavia, que Lacerda não voltasse sua atenção aos problemas dos cariocas. Utilizando-se exatamente da estratégia oposta na campanha eleitoral ao governo da

Guanabara, Lacerda procurou pavimentar sua imagem de realizador expondo as dificuldades que atingiam o Rio de Janeiro e propondo soluções técnicas que dessem conta dessas demandas.

Os registros documentais da gestão Lacerda na Guanabara evidenciam justamente essa preocupação – posta em prática – de buscar dirimir as problemáticas que afligiam o dia-a-dia do Rio de Janeiro. Milhares de fotografias e negativos fotográficos, além de atas de reuniões oficiais, despachos governamentais e áudios que guardam diversas solenidades de inaugurações de obras e benfeitorias – por vezes, com diferentes suportes documentando complementarmente uma mesma situação¹² –, iluminam as realizações da administração de Lacerda à frente do Executivo da Guanabara. Nesse sentido, é possível encontrar desde um rápido discurso feito na inauguração de uma pequena escola no subúrbio carioca até reuniões de Carlos Lacerda com organizações da sociedade civil que representavam os moradores de favelas, passando por cerimônias oficiais de abertura de novas unidades de saúde e ampliação de hospitais, inaugurações de viadutos, instalações de novas agências do Banco do Estado da Guanabara, grandes homenagens realizadas por alunas do Instituto de Educação e eventos relacionados à comemoração do IV Centenário de fundação da cidade do Rio de Janeiro.

Encarar tamanhos desafios urbanísticos – praticamente todos os serviços públicos cariocas possuíam deficiências, exigindo reestruturações, como abastecimento de água, saneamento básico, telefonia, transportes e mobilidade, energia elétrica, educação e saúde. Torna-se pertinente questionar: como Lacerda procurou e conseguiu reverter, parcial ou totalmente conforme o caso, esses problemas?

O *Novo Rio* ou a *Belacap* de Lacerda foi planejado e executado sob dois alicerces básicos: a) aproveitamento máximo das próprias receitas da Guanabara, combinando-se

¹² São dezenas as fitas-rolô que registram, por exemplo, as inaugurações de várias escolas, viadutos e melhoramentos urbanos pela Guanabara – muitas vezes determinada solenidade também se encontra representada em fotografias nas quais figuram os mesmos acontecimentos. Por outro lado, em atas de reuniões e despachos oficiais, é possível constatar o acompanhamento técnico que Lacerda fazia do andamento de diferentes obras públicas, além das suas visitas inesperadas para conferir *in loco* a movimentação das realizações – situações também documentadas em fotografias. Provavelmente, o melhor exemplo do esforço e da engenhosidade relativos ao trabalho de Walter Cunto esteja na obra da adutora do Guandu: nesse acervo, é possível construir uma feliz conexão entre: as fotografias que mostram as diferentes etapas da obra e sua inauguração; os áudios gravados em fita-rolô e fita-cassete que registram os discursos proferidos em solenidades oficiais de visitas às obras e em apresentações das obras ao público por meio do rádio e da televisão; os áudios gravados em LPs que guardam os discursos marcantes e inaugurais da obra do Guandu e destacam a importância da adutora para o Rio de Janeiro; e a documentação textual que reconta as reuniões de governo nas quais se debatiam as mais diferentes questões relativas à consecução da obra.

ligeiro aumento tributário, cuja estrutura foi herdada do Distrito Federal, à eficiência arrecadadora no combate à sonegação fiscal, de modo que o expediente do empréstimo e da doação de organismos estrangeiros foi marginal no cômputo do orçamento oficial e direcionado prioritariamente à obra mais cara da gestão, a Adutora do Guandu; b) a realização de uma reforma administrativa nos anos iniciais do governo, visando à descentralização, à desburocratização e à agilidade no funcionamento da máquina da Guanabara, em conjunto com a reestruturação do serviço público, que evitou fortemente as indicações pessoais e as redes de clientela política e valorizou a competência técnica e a admissão por concurso público. Em ambos os prismas de ação administrativa, Lacerda demonstrava que

possuía uma contundente preocupação com a moralidade na condução da coisa pública, que não se resumia somente ao combate à corrupção ou ao clientelismo, mas a qualquer assomo de uma atitude menos nobre ou interesseira. Censurou fortemente os colegas udenistas que aceitaram ministérios nos governos Dutra e Vargas; nomeações de amigos e parentes, privilégios, pistolões ou favoritismos eram considerados práticas hediondas. (PEREZ, 2007: 69)

Olhar para os problemas da antiga capital federal e procurar resolvê-los ou amenizá-los para manter a imagem dourada que o epíteto de *Belacap* transmitia, entretanto, significou para Lacerda fazer de sua gestão na Guanabara o exemplo máximo do que poderia fazer pelo Brasil – e após o golpe o espelho cujo reflexo a “Revolução” deveria desenvolver. Nesse sentido, Lacerda atrelou o êxito de sua administração ao intuito de manter o Rio de Janeiro como *capital de fato* do país, mirando, a partir do Palácio Guanabara, o Palácio da Alvorada. Em virtude disso,

apesar do investimento inicial na estadualização da Guanabara, quando buscou montar a máquina estadual e implementar as metas prometidas durante a campanha, o governador Lacerda acabou por reafirmar a antiga capitalidade da cidade-estado, relegando ao segundo plano o processo de transformá-la em um estado de fato. Elemento fundamental em seu projeto de chegar à Presidência da República, a Guanabara deveria ser o estado-capital, e, tal como o Rio de Janeiro no passado, a “vitrine” na qual poderia expor os feitos de sua administração. (MOTTA, 2004a: 14)

Diante de tantas realizações, notáveis e reverenciadas até hoje¹³, que Lacerda conseguiu proporcionar em sua administração, o Estado da Guanabara é evocado frequentemente como uma *idade de ouro* da história recente do Rio de Janeiro – uma referência pouco sustentável e cristalizada em mitificações.

As raízes dessa memória – que é sempre seletiva – encontram-se numa série de fatores: na reforma urbanística [...] empreendida [...], sobretudo pelo contraste com o pouco que foi realizado desde então; na melhoria da situação econômica após 1967 em oposição á recessão dos anos 1980 [...]; pelo fato de que, mesmo perdendo a condição de capital, a cidade continuou a ser sede de importantes órgãos federais, do setor financeiro e do segundo parque industrial do país [...]; pela sensação de segurança que existia, como em qualquer outro lugar, e que se perdeu. (PEREZ, 2007: 291)

Desse modo, a cidade do Rio de Janeiro torna-se refém de um passado glorioso mítico, por vezes retomado para estabelecer uma comparação que evidencie um presente problemático e desastroso que retira o horizonte de planejamento futuro. Reconstruir a trajetória de atores políticos importantes para a cidade, como Carlos Lacerda, e a história política carioca auxilia na libertação desse passado *inventado* e saudosista. É preciso, portanto, conhecer a especificidade da história política do Rio de Janeiro, em atores, projetos, estratégias, ações e forças e culturas políticas, já que a capitalidade carioca influenciou também boa parte da historiografia que salienta o lugar especial do Rio de Janeiro no quadro nacional. Por isso, torna-se necessário “um choque de história na memória do Rio de Janeiro”. (MOTTA, 2004a: 18)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERSTEIN, Serge. “L’historien et la culture politique”. **Vingtième Siècle. Revue d’Histoire**. Paris, nº 35, 1992.

_____. “Cultura política”, *in*: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean-François (dirs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

¹³ Para citar outras obras públicas não mencionadas nessa reflexão, pode-se lembrar o Parque do Flamengo, o Túnel Rebouças, o Túnel Santa Bárbara e a Avenida Radial Oeste.

CHAVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999.

FERNANDES, Maria Célia. *Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro: a travessa da “arca grande e boa” na história carioca*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura; Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2011.

FERREIRA, Jorge. “O trabalhismo radical e o colapso da democracia no Brasil”, in: AA. VV. *1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda – Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.

MENDONÇA, Marina Gusmão de. *O demolidor de presidentes: a trajetória política de Carlos Lacerda, 1930-1968*. São Paulo: Códex, 2002.

MOTTA, Marly Silva da. “Um choque de história na memória do Rio de Janeiro”, in: FREIRE, Américo; MOTTA, Marly Silva da; SARMENTO, Carlos Eduardo. *A política carioca em quatro tempos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004a.

_____. *Rio, cidade-capital*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004b.

_____. “Carlos Lacerda: de demolidor de presidentes a construtor de estado”. **Nossa História**. Rio de Janeiro, nº19, pp. 1-5, maio 2005 (Acessado em: <cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1677.pdf>, em 01/04/2013).

_____. “Prefácio – Destrocando os sinais”, in: FREIRE, Américo. *Sinais trocados: o Rio de Janeiro e a República brasileira*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.

PEREZ, Maurício Dominguez. *Lacerda na Guanabara: a reconstrução do Rio de Janeiro nos anos 1960*. Rio de Janeiro: Odisséia Editorial, 2007.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

RÉMOND, René (dir.). *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

TOLEDO, Caio Navarro de. “1964: a democracia golpeada”, in: AA. VV. *1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004.